

Negacionismo: uma patologia da verdade?

Paulo Antonio de Campos Beer

(Projeto de pesquisa apresentado à Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental)

Tema que faz parte da pauta contemporânea de modo incontornável, o negacionismo dá indícios de se consolidar como um desafio que deverá ser enfrentado ainda por muitos anos. Se tomamos, por exemplo, as discussões mais que atuais mobilizadas pelos diagnósticos de urgência sobre a questão ambiental, parece haver uma clara dificuldade em superar posicionamentos negacionistas em relação ao caráter antropogênico da mudança climática. Muito embora isso tenha se evidenciado no Brasil com a eleição de um presidente explicitamente contrário à defesa do meio-ambiente, o negacionismo climático se mostra algo mais amplo e antigo (Leite, 2015; Esteves & Cukierman, 2019), tendo sido uma pauta central dos governos de George W. Bush nos Estados Unidos (2001-2009), num momento em que a discussão na comunidade científica já se mostrava bastante consensual. Curiosamente, as posições negacionistas parecem ter se fortalecido desde então, num caminho contrário ao que se vê nos estudos científicos: sabe-se, por exemplo, que entre 2013 e 2014 somente 0,02% dos artigos publicados com revisão por pares em revistas científicas questionavam a causa antropogênica da mudança climática (Powell, 2016), número que contrasta com a popularidade desse questionamento em outros espaços (Esteves & Cukierman, 2019).

Eventos similares podem ser encontrados em outras áreas, como por exemplo a negação do Holocausto (Vidal-Nasquet, 1988), ou mesmo da ditadura militar brasileira iniciada com o golpe de 1964 (Santana & Maynard, 2017). Esta, novamente explicitada por Jair Bolsonaro, que nega o caráter ditatorial do governo militar apesar do consenso existente entre historiadores (Padiglione, 2018).

Ainda mais recentemente, a pandemia de COVID-19 também mostrou a emergência de diversos posicionamentos negacionistas, ligados a assuntos estabelecidos por consensos científicos, mas questionados de maneira infundada em outros meios. Entre eles, vê-se o questionamento da eficácia do uso de máscaras — repetido, inclusive, pela Procuradoria Geral da República (Teixeira & Rocha, 2021) —, a negação da ineficácia e dos potenciais perigos de remédios como Cloroquina e Hidroxicloroquina, questionamento da eficácia do isolamento social, entre outros (Machado et al., 2020;

Recuero, 2021; Beer, 2021). De maneira geral, apreende-se que há movimentos de desinformação que, para além da negação de certas ideias ou enunciados particulares, coloca em questão os processos de produção de consensos ligados a essas pautas que são tomadas como alvos. Como se, frente a uma ideia que deve ser combatida, o processo que cria o consenso em torno dessa ideia fosse atacado — muito embora ele continue a ser respeitado em relação a outras ideias, que não são elencadas enquanto alvos (Duarte & César, 2021).

Esse processo apresenta duas facetas: por um lado, trata-se de um modo de mobilização política que ataca a legitimidade dos consensos estabelecidos em relação a certas ideias (Duarte & César, 2021); por outro, parece criar um tipo de engajamento nos indivíduos que faz com apresentem um tipo de aderência aos ideais defendidos similar à defesa implacável de uma verdade absoluta (Beer, 2021). Ambas facetas não podem ser tomadas isoladamente, e demandam a inclusão de outro termo na equação: afinal, seja na negação da legitimidade de consensos, seja na defesa de ideais absolutos, está em jogo modos possíveis de relação com a verdade.

O objetivo desta pesquisa é ampliar a compreensão sobre o negacionismo, tomando-o enquanto um fenômeno indissociável das formas de tratamento da verdade. Trata-se, de maneira sucinta, de responder à seguinte questão: seria o negacionismo algum tipo de desvio ou de patologia da razão? Ou deveria ele ser compreendido enquanto uma das possibilidades contidas em processos usualmente considerados normais? Para tanto, serão mobilizados constructos teóricos que permitam abordar a relação entre negação, conhecimento, verdade e subjetividade de modo amplo, abarcando as duas facetas mencionadas acima. Como bases teóricas principais, mobilizaremos os estudos de filosofia e história da ciência feitos por Ian Hacking, e o modo de compreensão psicanalítico (a partir de Freud e Lacan) sobre os processos psíquicos — intelectuais e afetivos — subjacentes à relação dos indivíduos com o conhecimento. O entrecruzamento dessas duas linhas teóricas carrega em si uma ideia central, tanto ao pensamento psicanalítico quanto à teoria de Hacking sobre os efeitos do conhecimento, de que social e individual são indissociáveis.

Junto a essas perguntas principais, tem-se enquanto necessário um percurso que investigue o modo como se instalou isso que hoje é chamado de negacionismo, o que por sua vez coloca em questão se os processos envolvidos seriam contemporâneos ou se trata-se de transcurros anteriores que ganham essa forma particular agora. Desse modo, junto

à necessidade de uma definição clara do objeto (negacionismo), pretende-se abordar a causalidade desse fenômeno de maneira ampla e crítica.

Pode-se afirmar que o negacionismo reúne, sob um mesmo nome, diversas formas de indesejáveis que partilham uma característica central: a recusa daquilo que é assinalado enquanto verdade. Entretanto, colocar a questão nesses termos não parece ser suficiente para defini-la. Isso porque localizar a verdade enquanto referência na definição de seus desvios é uma tarefa traiçoeira: aqueles que se embrenham nesta empreitada arriscam contribuir com a sustentação de uma amálgama que, ao nomear indiscriminadamente recusas de verdades pontuais, acaba por reunir expedientes radicalmente distintos sob uma mesma designação.

É o que se observa, por exemplo, na circulação irrestrita do termo ‘negacionismo’ (assim como suas formas aparentadas como ‘*fake-news*’ ou ‘fatos alternativos’): facilmente encontra-se uma discussão em que todas as partes envolvidas acusam, umas às outras, de serem negacionistas em relação ao mesmo ponto debatido. Daí a insuficiência de abordar o negacionismo somente a partir de sua inadequação em relação àquilo que é enunciado enquanto verdadeiro: o que se produz é somente a reprodução de um jogo de disputa pela verdade.

Neste projeto, propõe-se um deslocamento desse modo de compreensão, o qual implica a consideração da verdade enquanto um processo e não somente um qualitativo ligado à adequação (verdadeiro ou falso). Tal apreciação se sustenta em duas bases: a primeira decorrente de discussões advindas da filosofia e história da ciência, partindo de autores como Ian Hacking, Isabelle Stengers e Bruno Latour; a segunda, devedora do pensamento psicanalítico. Tal tema já foi amplamente explorado em pesquisas anteriores (Beer, 2017; 2020), realizadas sob orientação de Nelson da Silva Junior. Neste momento de urgência, visa-se ampliar o trabalho anterior para auxiliar na compreensão e enfrentamento de tal mazela.

Ademais, trata-se de pensar a relação entre verdade e negacionismo não enquanto polos excludentes, mas de maneira que um possa dizer algo sobre o outro. Método que carrega grande influência do pensamento de Freud, em sua abordagem crítica que tomava formas tradicionalmente tratadas enquanto patológicas a partir de uma não ruptura, considerando que não apresentariam características qualitativamente distintas daquilo que é chamado de normalidade.

Desse modo, é possível explicitar nossa hipótese principal de que o negacionismo não é um desvio, mas sim uma combinação específica de expedientes usualmente

tomados enquanto “normais”. Não se trata, portanto, de tomar o negacionismo enquanto uma aberração, mas sim como uma possibilidade de relação com o saber e com o poder.

O negacionismo e a dimensão social da verdade

Como, então, definir o negacionismo? Ora, a resposta mais comum parece bastante imediata: basta estabelecer de maneira clara os parâmetros de veracidade a partir dos quais os fatos devem ser julgados, de modo a distinguir o verdadeiro e o falso. Expediente que, sempre que possível, recorre ao argumento “científico” para supor uma definição clara e precisa daquilo que seria a verdade, e deslegitimar seus opositores. Entretanto, mesmo nos casos em que se trata de um tema abordado por estudos científicos, um esforço como esse dificilmente produz normas e prescrições universais capazes de diferenciar negacionistas e não-negacionistas. Isso porque a própria ciência, ou mais especificamente, a filosofia da ciência, apresenta uma dificuldade constitutiva em estabelecer parâmetros indiscutíveis de verdade e falsidade.

Com bem aponta Ian Hacking (2005), o máximo que se consegue alcançar são formas históricas do ‘verdadeiro’. Compreensões da verdade como correspondência ou adequação — sustentadas a partir de uma ideia de adequação entre coisa e intelecto — mostram sua limitação no fato de que a passagem do intelecto à coisa é sempre mediada por elementos contingentes como cultura, linguagem etc (Hacking, 1999; 2000). Algo que se reatualiza na sempre presente lacuna entre conhecimento formal e o mundo (Balibar, 2012). Contudo, não se deve inferir que o reconhecimento dessa restrição resulte numa desvalorização do conhecimento científico; trata-se, isso sim, de uma complexificação de como se deve compreender seu valor. De onde se indica a necessidade de entender o valor da ciência não somente a partir de seu rigor epistemológico, mas também por diversos outros fatores, como sua capacidade de produção de novos fatos, pela constituição de uma comunidade aberta ao contraditório e pela proficuidade de seus esforços (Hacking, 1983/2012).

A definição do que seria verdadeiro — uma vez que não responde ao simples reconhecimento de uma verdade transcendental ou de um elemento externo a um sistema de pensamento que garanta sua veracidade — resulta na necessidade de um campo de negociação que reúne diversos elementos (Hacking, 1982, 2012; Stengers, 1993/2000). Evidentemente, há discussões epistemológicas metodológicas presentes, já que se trata do estabelecimento de acordos sobre como os enunciados verdadeiros devem se organizar. Entretanto, somente epistemologia e metodologia não são suficientes na

definição do verdadeiro, ou, em certos casos, na decidibilidade entre possibilidades concorrentes de enunciações históricas da verdade. Isso indica que esse campo de negociação em que diferentes propostas epistemológicas e metodológicas são apresentadas — onde diferentes teorias são comparadas e somente algumas sobrevivem — não se define somente por argumentos sustentados a partir de algum tipo de garantia epistemológica: há sempre presente uma dimensão política (Stengers, 1993/2000).

Essa dimensão política pode ser compreendida inicialmente pelo fato de que a verdade é algo que diz respeito a todos, logo trata-se de algo que se inscreve necessariamente no campo bem comum — da política. Mas, para além disso, deve-se reconhecer que a verdade carrega consigo questões ligadas ao poder, uma vez que há poder em ser aquele que enuncia o verdadeiro. Finalmente, a própria questão da decidibilidade se inscreve no campo político: uma vez que não há uma garantia externa que defina a forma correta de enunciação do verdadeiro, trabalha-se com produção de consensos. Tais consensos abarcam tanto definições básicas sobre premissas epistemológicas e metodológicas, quanto searas menos objetivas como o interesse de uma comunidade em determinados tipos de pergunta em detrimento de outros (Hacking, 2000; Stengers, 1993/2000);

Isso não significa que a ciência possa ser reduzida a expedientes políticos. A presença de uma dimensão política não indica que ela explique todas as decisões, ou sequer a maior parte delas. Ainda mais importante, não significa que o valor do conhecimento científico seja menor por causa disso. Isso indica que o modo de produção de conhecimento não se limita à simples aplicação de normas epistemológicas e metodológicas definidas, mas sim que isso que chamamos de *ciência* deve ser compreendida enquanto uma instituição que congrega diferentes dimensões de atuação (entre elas trabalhos epistemológicas e metodológicas, mecanismos de controles, espaços de negociação etc.), a depender do contexto e do objeto de estudo (Latour, 2012). Fica claro, portanto, como tanto a *produção de conhecimento quanto a própria definição do verdadeiro são processos sociais*.

O negacionismo e o consenso

Tal consideração é central para se compreender o negacionismo, uma vez que uma definição um pouco mais elaborada do fenômeno indica não a negação de ideias pontuais, mas a recusa da própria possibilidade de *produção de consensos* ligados a certos assuntos (Duarte & César, 2021). Afinal, que saberes possam ser negados, isso é um dos

pressupostos das ciências; o que problema parece estar em outro lugar. Tampouco são todos os consensos que são deslegitimados: pesquisas mostram que a confiança da população brasileira na ciência é bastante alta (Castelfranchi, 2013), de modo que aquilo que se vê geralmente sob a rubrica do negacionismo não consiste num tipo de negação geral do valor da ciência, senão num modo particular de apreciação de assuntos específicos: processos similares de produção de consenso são deslegitimados em relação a certos temas e não em relação a outros, o que indica uma intencionalidade subjacente. Ponto que merece aprofundamentos, uma vez que as pautas negacionistas não parecem ser aleatórias. Ao contrário, parece que carregam certa “bagagem”. Além disso, vê-se que muitas das “pautas” negacionistas não incidem em polêmicas atuais do campo científico, mas têm como objeto questões minimamente resolvidas entre os cientistas — reforçando que se trata de um tipo de recusa de processos de produção de consensos. Isso pode ser visto, como indicado anteriormente, em negações atuais do caráter antropogênico do aquecimento global: uma questão já superada pelos estudiosos, mas que continua a ser tensionada em grupos específicos (Esteves, 2014; Leite, 2015). Vê-se, portanto, como a emergência do fenômeno do negacionismo deve ser tomada em seu contexto histórico.

Pode-se, portanto, apresentar uma definição preliminar do negacionismo enquanto uma tentativa de *deslegitimação de processos de produção de consensos referentes a temas específicos*. Como apontado antes, processos similares aos que são alvos de ataques negacionistas usualmente são poupados, o que indica uma intencionalidade. Ademais, deve-se reconhecer que o negacionismo não se limita a questões ligadas à ciência, mas reúne diversos campos em que se faz presente um tipo particular de cristalização do pensamento — ligado à deslegitimação de consensos. Reconhecer esse traço permite abarcar as diferenças daquilo que é usualmente apontado enquanto posições negacionistas a partir de um ponto comum, produzindo unidade naquilo que parece ser uma amálgama. Afinal, se há diferenças entre o negacionismo científico (ligado ao que nomeamos como “fatos alternativos”) e negacionismos históricos (ligados a movimentos revisionistas), também há pontos de confluência.

O *negacionismo científico* faz uso de uma apropriação mal-intencionada de debates sobre a ciência. Parte-se de uma abordagem crítica que observa a dificuldade em se definir parâmetros metodológicos e epistemológicos que definam a unidade do fazer científico. Entretanto, o que se propõe a partir daí é um aparente relativismo total que permitiria recusar estudos científicos pela acusação de que eles seriam desenhados para produzir os resultados desejados. Junto a isso, há também a proposição de estudos não

aceitos pela comunidade científica, os quais têm sua validade defendida a partir de acusações de viés da própria comunidade.

A distância entre esse tipo de argumentação e a proposição de uma compreensão não unicista e normativa de ciência é nítida. Como indica Hacking (1999; 2000), embora não seja possível estabelecer uma referência externa que *garanta* a veracidade do conhecimento — algo que implica a existência de diferentes formas de veracidade —, isso de maneira alguma significa que o fazer científico permita tal grau de manipulação: junto aos limites impostos pela comunidade científica, há também a resistência dos próprios objetos de estudo.

Em seu livro *The Social Construction of What?* [A construção social de quê?] (1999), Hacking aponta a um modo de crítica relativista que tentaria deslegitimar o conhecimento produzido a partir da revelação de possíveis interesses e compromissos presentes na formulação dos saberes. Segundo o autor, esse tipo de crítica radical nomeada como “desmascaramento” apresenta dois pontos de fragilidade: primeiro, na desconsideração de que todo e qualquer conhecimento é produzido de modo inseparável de interesses “impuros”; segundo, na consideração indiferenciada do impacto desses interesses no conhecimento produzido.

Desse modo, o negacionismo pode ser compreendido como um processo que instrumentaliza a desconsideração da complexidade contida neste tipo de exame. Instrumentalização essa que faz com que um posicionamento crítico em relação às interferências ou contingências presentes na produção de conhecimento seja transformado na deslegitimação do processo de produção de conhecimento. Ou seja, tanto a variabilidade do conhecimento quanto a inevitabilidade de seus atravessamentos políticos são apresentadas de modo a desconstruir o valor dos consensos estabelecidos. Entretanto, a fragilidade conceitual de como essa deslegitimação é realizada continua a deixar em aberto a questão de por que tantos indivíduos se engajam nela. Nesse sentido, parece insuficiente tomar o negacionismo somente como uma mazela a ser combatida via afirmação de enunciados específicos ou na defesa da legitimidade dos consensos produzidos.

No caso do negacionismo histórico, o questionamento se dirige à legitimidade das narrativas apresentadas. Expediente já presente em projetos revisionistas que, partindo de questionamentos sobre a parcialidade das versões e da não objetividade das memórias, não se intimidam em distorcer ou exagerar fatos (Santana & Maynard, 2017; Vidal-Naquet, 1988). Novamente encontramos a combinação indicada acima: uma crítica

referente à impossibilidade de estabelecimento de um verdadeiro inquestionável é mobilizada de modo a destituir os consensos produzidos por um grande número de pesquisadores. Assim como no negacionismo científico, não se trata de um processo que visa uma crítica do consenso estabelecido de modo a se instaurar outro consenso — algo necessário em qualquer campo de pesquisa. O que se vê é a deslegitimação não só de um consenso específico, mas da própria legitimidade da comunidade de pesquisadores em estabelecer consensos que não se adequem àquilo visado pelos negacionistas.

Tal distinção fica mais clara ao considerarmos um terceiro emprego usual do termo negacionismo, ligado à recusa de conteúdos usualmente mobilizados pela mídia. Nessa derivação, nomeada como *fake-news*, o fervor relativista presente nas formas apresentadas anteriormente parece ainda mais intenso. Neste caso, vê-se como esforços de transparência e de explicitação das bases sobre as quais se constroem as notícias são facilmente suplantados. Em parte, isso passa pela insistência e pelo bombardeio de narrativas intencionalmente distorcidas (Zanatta & Abramovay, 2019), porém há algo que deve ser considerado sobre o engajamento dos atores envolvidos.

Por um lado, é patente que esse tipo de difusão é intensificado por recursos tecnológicos recentes (Silva Junior & Beer, 2021; Vilalta, 2020). Porém, estes recursos parecem cumprir duas funções distintas: por um lado permitem uma agência inédita sobre o compartilhamento e difusão de conteúdo; por outro, permitem a realização de diagnósticos sobre os interesses, medos e identificações de seus usuários. Sabe-se, por exemplo, que conteúdos falsos geram mais engajamento dos usuários, circulando com maior amplitude e velocidade que informações verdadeiras (Vosoughi, Roy & Aral, 2018). Além disso, são usualmente acompanhados de uma sensação de “novidade”. Neste ponto, encontramos outro elemento que permeia a questão da verdade e do conhecimento: para além de sua dimensão social que envolve a resistência dos objetos, negociações e produção de consensos, há também os efeitos subjetivos que o conhecimento produz nos indivíduos.

Se é possível definir o negacionismo para além de um ataque à verdade, como *um ataque à possibilidade de construção de consensos que apresentem um grau mínimo de permeabilidade à diferença*, é necessário questionar a função que tal expediente realizaria para os indivíduos envolvidos. O que se vê enquanto efeito, tanto nos indivíduos como na identificação que acontece em grupos negacionistas, é que junto à deslegitimação dos consensos estabelecidos, há uma espécie de revelação de uma verdade inquestionável. Algo extremamente presente nos posicionamentos negacionistas ligados ao

bolsonarismo, por exemplo (Duarte & César, 2021). Entretanto, se aquilo que é colocado no lugar de um consenso é algo que se propõe a ser uma verdade inquestionável, então a uma negação do consenso em si, uma vez que este demanda algum grau de refutabilidade. Algo que recoloca a centralidade da questão da verdade, não somente enquanto processo social, mas em seus efeitos subjetivos. Deve-se pensar, assim, numa dinâmica não restrita a funções informacionais ou intelectuais veiculadas nos saberes produzidos, mas que também envolva os processos afetivos indissociáveis destes.

A verdade e a negação na clínica psicanalítica

Primeiramente, trata-se de tomar a relação entre verdade e saber enquanto um processo que articula, de maneira indissociável, representações e afetos. Mais especificamente, na psicanálise, podemos pensar em um processo dialético em que verdade e saber se tensionam numa dinâmica opositiva (Lacan, 1966/1998). Nesse sentido, a principal característica da verdade é sua função disruptiva em relação ao conhecimento, consistindo assim numa forma de questionamento ou negação que emerge do inconsciente.

Esse desenvolvimento se inscreve na ancoragem do pensamento lacaniano em uma possibilidade aventada por Freud sobre a veracidade de uma construção proposta em análise (Freud, 1937/2018). Como se sabe, Freud é bastante cuidadoso ao refletir sobre os momentos em que o analisante nega uma construção proposta pelo analista, e apresenta duas ideias que serão centralizadas por Lacan: por um lado, o analisante pode reconhecer que uma construção produz efeitos terapêuticos mesmo não correspondendo aos fatos que teriam acontecido; por outro lado, há momentos em que um analisante reconhece a correção da construção proposta, mas ainda assim se agarra a algum tipo de negação ligada à sensação de que algo estaria faltando. Esses dois momentos parecem ser privilegiados por Lacan por apresentarem pontos cruciais de seu percurso teórico: a desimportância da exatidão de uma construção e sua necessária incompletude.

Isso é afirmado por Lacan em seu comentário sobre o caso de Ernst Kris (1951), onde ele escreve sobre um analisante com fantasias plagiárias. Kris conta que após uma interpretação mais incisiva de sua parte, em que apontava certas resistências do analisante e propunha uma construção envolvendo seu pai e seu avô, escuta deste que, muitas vezes ao sair das sessões, passava algum tempo olhando cardápios de restaurantes onde se servia ‘miolos frescos’. Kris entende isso como um sinal da exatidão de sua construção, pois

representaria um processo sublimatório bem-sucedido em que a fantasia de “roubar as ideias dos outros” teria se transformado em algo socialmente aceito: “comer miolos”.

Lacan discorda. Afirma que a resposta do analisante à construção do analista pode ser tomada enquanto um *acting out* (Lacan, 1953-54/1986; 1958/1998), produzido por haver algo que não estaria sendo escutado. O psicanalista francês é claro ao afirmar que não questiona a correção da construção, a qual poderia muito bem ser perfeita em relação à história do analisante. No entanto, sustenta que o problema reside em o analista oferecer seu saber no lugar aonde poderia emergir algo relacionado à verdade. Neste momento crucial, repleto de angústia e próximo da verdade, Lacan afirma que o saber do analista inviabiliza a emergência de algo do inconsciente do analisante — de onde afirmará que é o analista que resiste.

O conhecimento preenche a falta e silencia o analisante, levando-o ao *acting out* (onde algo verdadeiro finalmente emergiria). A verdade não se relaciona com a correção da construção, mas deve ser tomada como o que emerge para além de qualquer conhecimento estabilizado. Donde se depreende tanto desimportância da correção histórica quanto a incompletude inevitável de qualquer construção. A verdade está, portanto, ligada a um efeito de desestabilização e não a qualquer reivindicação de adequação ou correspondência.

Essa ideia continua a ganhar corpo: em seu texto “A Coisa Freudiana” (1955/1998), o psicanalista define a verdade como aquilo que emerge do inconsciente e nega o saber instituído. Trata-se das formas “vagabundas” da verdade: sonhos, atos falhos, chistes, sintomas. Junto a isso, uma dimensão temporal desse processo deve ser notada, uma vez que algo surgiu como verdade num primeiro momento se estabilizará, no momento seguinte, como saber. Uma vez estabelecido como saber, estará sujeito a uma nova possibilidade de ruptura da verdade.

No entanto, esse processo não se limita a dimensões representacionais. Ao contrário, deve-se atentar para o que se mobiliza em termos afetivos e pulsionais com esse movimento dialético. Algo já apontado por Freud, ao indicar que as funções intelectuais respondem ao prazer e à angústia (Freud, 1925/2014). Lacan frequentemente aproxima verdade e angústia, algo que pode ser compreendido pelo fato de que a emergência de formações do inconsciente produz algum tipo de desorganização das formas de alívio dos medos e temores. Esse é também o funcionamento dos sintomas, a partir do qual Lacan retoma a ideia freudiana de que o sintoma carrega a verdade (Lacan, 1966/1998). Aqui começamos a nos aproximar de nossa discussão principal, já que há

uma maneira de entender os efeitos de operações intelectuais considerando seus efeitos identificatórios.

Pode-se lembrar que a discussão realizada por Lacan inclui uma crítica feroz à ideia de que uma análise deveria levar à identificação do analisante com seu analista (Lacan, 1953- 54/1986). Indica-se, assim, que as ideias acima apresentadas sobre o conhecimento e o processo dialético da verdade podem ser articuladas a processos identificatórios.

Verdade e identificação

Em poucas palavras, a verdade poderia desmontar identificações previamente estabelecidas, deixando o sujeito em uma situação de desamparo. Algo frequentemente visto na clínica enquanto o efeito de um sintoma que emerge: de repente, o indivíduo não se reconhece mais como se reconhecia antes, experienciando grande angústia. Algo também observado por Freud em relação ao funcionamento de grupos, ao indicar o pânico que o desmantelamento de uma massa pode produzir (Freud, 1921/2011). Vê-se aí o reconhecimento de fenômenos similares, especialmente se consideramos que angústia e pânico não devam ser compreendidos enquanto noções tão distantes dentro da psicanálise. Freud (1923/2011) afirma que o processo identificatório é uma solução de compromisso para que um objeto interdito não seja completamente perdido, estando assim ligado ao alívio de medos e angústias. Conseqüentemente, a perda de ideais identificatórios produziria novas situações habitadas por estes afetos. Haveria, portanto, um conforto resultante de um processo identificatório, assim como desconstruções identificatórias produziriam angústia.

Vê-se que a angústia resultante — e a busca de amparo identificatório — são mais intensas no momento logo após a emergência de algo que toque a verdade: um momento lógico em que o eu é despido de certas identificações ou saberes sobre si mesmo, mas ainda não o foi capaz de estabelecer novos. A própria causa do desmantelamento da identificação anterior pode ser assimilada como um modelo identificatório. Assim, pode-se produzir identificações com os próprios sintomas (algo bastante frequente numa sociedade em que os diagnósticos se fazem cada vez mais presentes), ou mesmo com o analista que produz tais desconstruções num processo analítico.

Este último reúne dois pontos interessantes: o analista pode se tornar um modelo identificatório, especialmente quando a emergência da verdade resulta de uma interpretação. Ele se encontra numa posição privilegiada, como aquele que teria

produzido uma experiência de tamanha intensidade. Entretanto, oferecer-se enquanto tal seria novamente uma saída defensiva, que instituiria um saber com o intuito de recobrir algo da ordem da verdade; e especialmente problemática, caso indicada enquanto uma solução “final”. Este é o cerne da crítica lacaniana sobre a valorização da identificação com o analista (Lacan, 1953-54/1986), uma vez que a ideia de se identificar com a imagem de alguém forte e capaz de lidar com suas próprias questões (por exemplo, Kohut, 1979) seria reproduzir ideologicamente um modo de vida específico.

Esse percurso permeado por uma discussão clínica de maior importância se justifica, neste projeto, em outro horizonte. Trata-se de sustentar que a verdade, enquanto algo que se opõe ao saber estabelecido, pode dismantelar identificações. Tal dismantelamento deve ser compreendido, portanto, como um efeito da verdade: quando um saber estabelecido tem suas inconsistências expostas, produzindo angústia e desamparo. E que, nessa situação, novas identificações seriam mais fáceis de serem implementadas.

Pode-se pensar, assim, numa articulação entre verdade, conhecimento e identificação. De fato, o potencial identificatório dos conhecimentos produzidos é algo não restrito ao pensamento psicanalítico, como pode-se ver nos conceitos de nominalismo dinâmico e ontologia histórica, propostos por Ian Hacking (1995/2000; 1998; 2002/2009). Em relação a isso, o filósofo da ciência pode ser aproximado da psicanálise ao reconhecer que o conhecimento contém em si uma potencialidade identificatória. Nosso modo de lidar com o saber e os enunciados que tomamos enquanto corretos exercem uma função de organização de nossa grade simbólica — algo que, conseqüentemente, pode ser perdido. Não à toa que Freud situa “ideais” enquanto uma das formas concernentes aos objetos que podem ser perdidos e desencadear um processo melancólico (Freud, 1917/2013). Se uma ideia pode ser alçada à condição de objeto de investimento libidinal, isso implica que o modo como lidamos com os saberes disponíveis não se reduz a uma mera operação intelectual de avaliação ou escolha consciente.

Lembremos as elaborações de Freud sobre a identificação como um processo de deserotização (Freud, 1923/2011). A identificação seria o resultado de um desinvestimento libidinal parcial, após um objeto ser perdido ou interditado. Como todo processo sublimatório, produz conseqüências: nesse processo, pulsão de morte e pulsão erótica se separam temporariamente, naquilo nomeado como desfusão pulsional. Quando o objeto é realocado em uma forma “aceitável” (como objeto identificatório e não objeto

de desejo), as pulsões são refundidas, mas com uma diferença: uma quantidade de pulsão erótica torna-se pulsão de morte.

A identificação é, portanto, um processo que inclui a perda de um objeto de desejo e uma reorganização do investimento pulsional. Ademais, o objeto pode ser colocado no lugar de ideal de eu (Freud, 1921/2011) - que também produz identificações 'laterais' no vínculo com pares - consistindo em um destino à angústia e ao sofrimento causados pela interdição de um objeto de desejo. Deve-se considerar, portanto, que os processos de enamoramento e de identificação com um líder e um grupo não se limitam a concordâncias conscientes e partilhas de ideais, mas engloba processos inconscientes que dizem respeito à organização pulsional e à destinação dada à libido e à agressividade. O próprio ideal — seja ele o ideal de um líder, um ideal de pureza, um ideal tradição etc. — é o elemento central desse processo, funcionando enquanto um elemento de mediação do laço com outros. E também de organização de cada um dos indivíduos, que encontram destinações para angústia, libido e agressividade a partir dos elementos simbólicos e imaginários ofertados nesses processos.

Porém, a articulação entre conhecimento e ideais identificatórios merece ainda mais uma consideração. Em seu texto “Sobre as teorias sexuais infantis” (1908/2015), Freud propõe uma articulação entre castração, conhecimento e identificação: uma criança começa a teorizar sobre a sexualidade quando confrontada com uma limitação da atenção recebida de os cuidadores (por exemplo, quando um irmão chega ou vendo isso acontecer com um amigo). Ou seja, a função intelectual da investigação é claramente mobilizada enquanto uma resposta à angústia. Essas teorias infantis permitem uma reorganização libidinal, onde a criança pode assumir uma nova posição e lidar com os objetos de desejo dessa nova situação “interditada”.

Porém, haveria um momento de angústia subsequente: as teorias infantis não seriam aceitas pelos adultos, que tentariam impor à criança alguma teoria mais “domesticada”. Nesse momento, diz Freud, entre o valor de sua própria teoria e o risco de perder o amor do adulto, a criança aceita as teorias impostas. E, junto a elas, reforça o laço identificatório com os adultos. Pode-se reconhecer a centralidade tanto do teorizar quanto das teorias em si na organização libidinal, já que a própria relação com o conhecimento é uma destinação para a angústia mobilizada pela possibilidade de perda o amor e cuidado. Portanto, não somente a atividade intelectual estaria profundamente imbricada com a afetividade, como as próprias teorias apresentam funções ligadas à identificação e à organização psíquica (Freud, 1908/2015; 1925/2014).

Mas como isso pode estar ligado a notícias falsas e discursos autoritários? É aqui que a identificação deve estar ligada à questão da verdade enquanto um processo.

Para tanto, procede retomar a questão da identificação com o analista, uma vez que consiste numa destinação defensiva para a angústia proveniente de emergências de verdades referentes ao processo analítico. Este processo identificatório responderia, assim, ao fato de que o analista é de alguma forma responsável (ou pelo menos co-responsável) por produzir rupturas (efeitos de verdades), que podem afetar teorias "primordiais" (ou previamente elaboradas). Assim, as rupturas causadas como efeitos de verdades podem causar o desmantelamento de construções e identificações estabelecidas (construções sobre o próprio analisante que foram, até então, acreditadas por ele), produzindo angústia, medo e desamparo.

Uma forma de dar destino a essa angústia é dar origem a novas identificações ou construções sobre si mesmo. Para tanto, o analista se encontra numa posição privilegiada, por estar envolvido nos processos que articulam efeitos de "verdade" e desmontagens de identificações. O analista pode lidar com esse processo de maneiras opostas, seja reforçando, seja interpretando essa identificação; mas, em ambos os casos, percebe-se que estar vinculado ao processo em que a verdade nega um conhecimento ou uma identificação é uma posição que facilita com que ele mesmo seja tomado enquanto objeto identificatório. Ademais, vê-se que o modo como um indivíduo lida com essa angústia pode produzir resultados muito diferentes: entre eles, a constituição de novas identificações ainda mais fortes ou impermeáveis a possíveis destabilizações futuras.

Criando desconfiança

Dois pontos devem ser considerados em nossa apresentação inicial: primeiro, há uma ligação entre verdade e negação do conhecimento estabelecido; segundo, a negação produz simultaneamente um "efeito de verdade" e angústia, causada pelo desmantelamento das identificações; constata-se, portanto, uma relação de solidariedade entre identificações e conhecimento, fazendo com que a negação de ideias possa produzir uma crise identificatória, assim como o estabelecimento de novas identificações também interfere no modo como se lida com teorias e ideias. Deve-se explorar, entretanto, como negações pontuais podem produzir algum tipo de recusa em relação à legitimidade dos processos de produção de consenso.

Voltemos à indicação de Ian Hacking, sobre como o conhecimento científico produz um efeito retroativo e muda as possibilidades de experiência no grupo de pessoas

afetadas por esse discurso (Hacking, 1995/2000, 1998, 2002/2007). Diversos quadros psicopatológicos — entre eles o transtorno de múltiplas personalidades e a fuga histórica — apresentam correlações entre sintomas e o conhecimento em voga. Hacking também reconhece o papel exercido pela mídia, mostrando como jornais, livros e filmes são elementos cruciais nesse processo. Por fim, propõe sua “ontologia histórica” (Hacking 2002), afirmando que há sempre uma dimensão cultural e histórica da experiência ontológica, que interage com os discursos e instituições estabelecidas. Nesse sentido, a existência de cada um seria experienciada a partir dos elementos culturais disponíveis, com os quais cada indivíduo pode estabelecer laços identificatórios variados.

Há um traço particular desse efeito retroativo dos discursos sobre os modos de existência que nos interessa especialmente: a interação entre dois níveis diferentes de discursividade, que comporta uma diferenciação entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento superficial e o conhecimento profundo. Por exemplo, a existência de uma teoria sobre a personalidade baseada no funcionamento da memória (conhecimento superficial) pressupõe algo mais amplo, a saber: que existem fatos conhecíveis sobre a memória (conhecimento profundo). Este último seria uma invenção do século 19, quando o raciocínio científico passou a se aventurar em áreas até então ocupadas pela religião, ou seja, a alma (Hacking, 1995/2000).

Afirma-se, assim, uma mudança em como os indivíduos entendem e experimentam sua existência na medida em que as questões da alma podem ser cientificamente conhecidas. Além disso, esse conhecimento profundo reafirma outro conhecimento também profundo, que concretiza a ideia de que existe uma forma particular e talvez mais confiável de conhecer as coisas: por meio da ciência. O conhecimento muda a forma como os indivíduos vivem, tanto em uma dimensão superficial quanto em uma dimensão profunda. Pessoas podem tomar a si mesmas enquanto objetos cientificamente conhecíveis, e também se identificar com ideias específicas em circulação. A inversão dessas ideias leva a uma maneira interessante de abordar o negacionismo, uma vez que consiste na negação do conhecimento nesses dois níveis.

Como indicado, a compreensão de discursos autoritários contemporâneos baseados em *fake news* e fatos alternativos exige considerar o papel da negação. Trata-se de tomar a negação característica do negacionismo não como um efeito, mas como um instrumento. Isso significa que a negação não é empregada de modo a produzir algum

tipo de abertura no debate, mas para mobilizar pontos frágeis de narrativas estabelecidas com o intuito de deslegitimar a produção de consenso.

Podemos aqui retomar a questão das redes sociais apontada anteriormente. Para além do uso de algoritmos que produziriam diagnósticos precisos, (Silva Junior & Beer, 2021; Zanatta & Abramovay, 2019), o engajamento dos usuários também deve ser atentado: indivíduos que se identificam com negações são também os principais responsáveis pela difusão desses conteúdos. Os supracitados “sentimentos negativos” e “sensações de novidade” que acompanham esse processo (Vosoughi, Roy & Aral, 2018) pode ser melhor compreendido a partir do processo de mobilização afetiva subjacente à relação com o conhecimento.

Vê-se, desse modo, como a produção de desconfiança parece ter um papel central no funcionamento negacionista, algo facilmente cooptado em projetos como o *tradicionalismo*, encabeçado por figuras como Steve Bannon e Olavo de Carvalho (Teitelbaum, 2020). Isso é coerente com o que foi apresentado até o momento, sobre verdade e conhecimento serem compreendidos como processos que não permitem a separação entre individual e social, e que produzem efeitos identificatórios. Ademais, a própria negação apresenta um papel central nesses processos, de modo que não haveria, *a priori*, qualquer indício de um elemento inédito no negacionismo. Se sustentamos que o problema crucial do negacionismo diz respeito ao ataque à legitimidade de produção de consensos, é necessário investigar o modo como esse ataque se sustenta. É isso que esta pesquisa pretende realizar.

Objetivos

Levando em consideração o que foi exposto inicialmente, é possível estabelecer dois objetivos principais: primeiro, definir, de modo mais rigoroso, o traço principal do negacionismo enquanto um modo de engajamento que tem por base a deslegitimação da produção de consensos; segundo, aprofundar a compreensão de como tal engajamento é produzido, considerando os processos sociais e psíquicos envolvidos.

Além disso, é possível aventar objetivos secundários, decorrentes dos principais: (1) analisar a historicidade dos processos que culminaram na emergência do negacionismo enquanto fenômeno socialmente relevante; (2) investigar as possibilidades identificatórias que o discurso negacionista oferece; (3) abordar a consideração do negacionismo enquanto uma forma patológica e refletir sobre os possíveis efeitos de tal consideração; (4) expandir o “funcionamento negacionista” para além de situações

usualmente apontadas como tal (por exemplo, seria possível pensar num “negacionismo interno à ciência”, quando esta é tomada como uma verdade absoluta?); (5) investigar a articulação entre as formas de relação com o conhecimento e a verdade e formas de organização social.

Esses objetivos principais e secundários apresentam uma forma de abordagem crítica e propositiva da questão, a qual, compreendemos, pode contribuir com debates atuais.

Plano de trabalho e cronograma

Propomos, inicialmente, um plano de trabalho de 2 anos, divididos entre os dois objetivos principais: (1) definir o traço principal do negacionismo enquanto um modo de engajamento que tem por base a deslegitimação da produção de consensos e (2) aprofundar a compreensão de como tal engajamento é produzido, considerando os processos sociais e psíquicos envolvidos.

Desse modo, os primeiros 6 meses seriam dedicados, de maneira mais intensa, ao objetivo secundário 1 (analisar a historicidade dos processos que que culminaram na emergência do negacionismo enquanto fenômeno socialmente relevante), enquanto os 18 meses seguintes aos objetivos secundários 2, 3, 4 e 5 (investigar as possibilidades identificatórias que o discurso negacionista oferece, abordar a consideração do negacionismo enquanto uma forma patológica e refletir sobre os possíveis efeitos de tal consideração; expandir o “funcionamento negacionista” para além de situações usualmente apontadas como tal; investigar a articulação entre as formas de relação com o conhecimento e a verdade e formas de organização social).

Método

As questões serão abordadas em duas frentes principais: inicialmente será necessário reunir estudos de sociologia e política da informação para realizar uma definição mais precisa do negacionismo enquanto fenômeno. A partir daí, o trabalho conceitual será realizado a partir de uma articulação entre psicanálise, psicologia social e estudos sobre a ciência (*Science Studies*). Assim como foi exposto brevemente neste projeto, compreende-se que essa articulação permite uma análise cuidadosa e rigorosa dos processos envolvidos.

A primeira abordagem inclui um esforço de análise de estudos recentes que tem sido e serão publicados (lembremos, inclusive, que o fenômeno do negacionismo estará intensamente em pauta nos próximos anos). Desse modo, teremos como referência

estudos como os supracitados, publicados por Castelfranchi, Duarte e Cesar, Esteves, Santana & Maynard e Vosoughi, Roy & Aral. O segundo bloco, contará com autores da psicanálise (Freud, Lacan, Silva Jr, Dunker etc.), dos estudos sobre a ciência (Hacking, Stengers, Latour, Bourdieu etc.). Finalmente, com atenção especial ao objetivo secundário 5, a discussão contará com alguns autores da filosofia política, como Safatle e Dardot & Laval.

Forma de análise dos resultados

Por se tratar de uma pesquisa teórica, os resultados poderão ser verificados a partir de sua capacidade explanatória. Trata-se, por um lado, de analisar a pertinência e coerência argumentativa, considerando sua adequação à literatura estabelecida e se eventuais pontos de conflito são consistentes. Por outro lado, espera-se produzir avanços diagnósticos e, eventualmente, encaminhamentos interventivos em relação ao tema, algo urgente na situação atual em que nos encontramos.

Referências

Balibar, F. (2007) *La vérité, toute la vérité, rien que la vérité*. In : *La vérité : entre psychanalyse et philosophie*. Toulouse : Ed. Érès, 2012.

Beer, P. (2017) *Psicanálise e ciência: um debate necessário*. São Paulo : Ed. Blucher.

Beer, P. A. C. (2020). *A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Lacan*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.47.2020.tde-28052020-185500. Recuperado em 2021-07-20, de www.teses.usp.br

Beer, P. (2021) *From negation to negationism: the COVID-19 pandemic in Brazil*, *Journal of Psychosocial Studies*,14(3): 187–201. doi: 10.1332/147867321X16285243650694

Castelfranchi, Y. et al. (2013) *As opiniões dos brasileiros sobre ciência e tecnologia: o ‘paradoxo’ da relação entre informação e atitudes*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1163-1183

- Duarte, A. e César, M. (2021) Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educação & Realidade* [online]. 2020, v. 45, n. 4 [Acessado 21 Outubro 2021] , e109146. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>>. Epub 11 Jan 2021. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>.
- Esteves, B. (2014) Ciência, política e controvérsia: a atribuição da mudança climática. In: Linsingen, I. & Folmer Corrêa, R. *Conhecer para transformar III: investigações sobre ciência-tecnologia-sociedade na América Latina*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2014.
- Esteves, B., & Cukierman, H. (2019). How anthropogenic climate change prevailed: A case study of controversies around global warming on Portuguese Wikipedia. *Medical Care Research and Review*, 21(10), 351–379. <https://doi.org/10.1177/1077558712465774>
- Freud, S. (1908). Sobre as teorias sexuais infantis. In: *Obras Completas*, volume 8. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Freud, S. (1917) Luto e melancolia. [Trad. Marilene Carone] São Paulo: Cosac Naif, 2014
- Freud, S. (1921). *Psicologia das massas e análise do eu*. In: *Obras Completas*, volume 15. Tradução: Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- Freud, S. (1925) A negação. [Trad. Marilene Carone] São Paulo: Cosac Naif, 2014
- Freud, S. (1937a) *Construções em análise*. In: *Obras Completas*, volume 19. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 327-344.
- Hacking, Ian. (1982) Language, truth and reason. In *Rationality and Relativism*, ed. M. Hollis and S. Lukes. Oxford: Blackwell.
- Hacking, I. (1995) *Múltipla personalidade e as ciências da memória*. São Paulo: José Olympio, 2000.
- Hacking, I. (1998) *Mad travelers: reflections on the reality of transient mental illness*. London: University Press of Virginia.
- Hacking, I. (1999) *Social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press.
- Hacking, I. (2000) How Inevitable Are the Results of Successful Science?, In: *Philosophy of Science*, 67, no. (Sep., 2000b): S58-S71.
- Hacking, I. (2002a) *Ontologia histórica*. Porto Alegre: Ed. Unisinos, 2009.
- Hacking, Ian (2005). Truthfulness. *Common Knowledge* 11 (1):160-172.
- Hacking, I. (2012) Language, truth and reason 30 years later. In: *Studies in History and Philosophy of Science* 43 (2012) 599–609.
- Hacking, I. (1983) *Representar e intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- Kohut, H. (1979). The Two Analyses of Mr Z. *Int. J. Psycho-Anal.*, 60:3-27

- Kris, E. (1951) Ego Psychology and Interpretation in Psychoanalytic Therapy. In: The Psychoanalytic Quarterly, 20:1, 15-30, DOI: 10.1080/21674086.1951.11925828
- Lacan, J. [1951] (1966) Intervenção sobre a transferência. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. pp. 214-225.
- Lacan, J. (1953-54) O Seminário I: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.
- Lacan, J. [1955](1966) A coisa freudiana. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1966a) A Ciência e a Verdade. In: Escritos. [Trad. Vera Ribeiro] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Latour, B. (2012) Enquête sur les modes d'existence: Une anthropologie des Modernes. Paris : La Découverte.
- Leite, J. (2015) Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643-77, 2015.
- Machado, C.; Dourado, D.; Santos, J.; Santos, N. (2020) Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via youtube. UNESCO. Disponível em <http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>
- Orwell, G. (1949) 1984, London: Secker and Warburg.
- Padiglione, C. (2018) Não tem Whatsapp? GloboNews submete Miriam Leitão a ditado para rebater Bolsonaro. Folha de São Paulo, 04/08/2018. Available at <https://telepadi.folha.uol.com.br/nao-tem-whatsapp-globonews-submete-miriam-leitao-repetir-ponto-eletronico-para-refutar-bolsonaro/>.
- Powell JL (2016) Climate scientists virtually unanimous: anthropogenic global warming is true. *Bulletin of Science, Technology & Society* 35(5-6): 121-124.
- Recuero, R. et al. (2021) Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil [livro eletrônico] : relatório, resultados e estratégias de combate / Raquel Recuero. -- 1. ed. -- Pelotas, RS : MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes Sociais, 2021.
- Santana, D.; Maynard, D. (2017) O portal metapedia: revisionismo histórico e negacionismo no tempo presente. *Revista Transversos*. "Dossiê: As NTICs e a escrita da história no tempo presente". Rio de Janeiro, nº. 11, pp.23-41, Ano 04. dez. 2017. Disponível em: . ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.31586
- Stengers, I. (1993) As políticas da razão. Lisboa: Edições 70, 2000.
- Silva Junior, N.; Beer, P. (2021) Políticas da verdade e construções sociais do sofrimento: subjetividades produzidas entre marketing, negacionismos e ciência. No prelo.

Teitelbaum, B. (2020) *War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Powerbrokers*. New York: Dey Street Books.

Teixeira, M.; Rocha, M. (2021) Para defender Bolsonaro, PGR coloca em xeque eficácia de máscara contra Covid. Folha de São Paulo, 17/08/2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/pgr-poe-em-xeque-eficacia-de-mascara-contra-covid-e-diz-nao-ver-crime-de-bolsonaro.shtml>

Vosoughi, S.; Roy, D.; Aral, S. (2018) The spread of true and false news online. In: *Science* 359, 1146–1151.

Vidal-Naquet, P. (1988) *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Tradução Maria Appenzeller. Campinas: Editora Papirus, 1988.

Vilalta, L.o (2020) O neoliberalismo é uma governamentalidade algorítmica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*. São Paulo, n. -9, p. 7, 2020. Disponível em <https://revistalacuna.com/2020/07/12/n-9-07/>

Zanatta, R; Abramovay, R. (2021) Dados, vícios e concorrência: repensando o jogo das economias digitais. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 33, n. 96, p. 421-446, 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3396.0021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/161303>. Acesso em: 15 out. 2021.